

XXIII Conferência Internacional de Lisboa

Sessão temática

Prioridades para a Acção Externa de Portugal

África e Cooperação

Cooperação Portugal – Moçambique: a estratégia de não ter estratégia?

João Mosca . Economista, Professor Catedrático no Instituto Piaget.

Moçambique é um país com importantes relações regionais, sobretudo com a África do Sul. Portugal é, tomando alguns indicadores referentes nestas análises, o segundo país nas relações económicas externas moçambicanas.

A cooperação Portugal-Moçambique tem variado de intensidade por razões políticas e de (des)acertos de posicionamentos no tratamento de alguns dossiers que datam desde a independência. Moçambique utiliza uma relação de força e de oportunidade de longo prazo nas negociações que envolvam bens patrimoniais implantados no seu território.

Moçambique, sobretudo a partir de meados dos anos 80, tem uma diplomacia pragmática e de diversificação, sabendo que o eixo da resolução de alguns dos seus principais assuntos exteriores não passava fundamentalmente por Lisboa. Por outro lado, nos último 30 anos, não parece clara a existência de uma estratégia da cooperação política externa portuguesa em relação a Maputo. Os posicionamentos de Lisboa em relação a alguns assuntos foram mesmo variáveis.

Não é claro que as vantagens que Portugal pensa possuir, como a língua e a história, sejam apercebidas pelas elites moçambicanas de igual forma. O inglês é dominado pela nomenclatura de Maputo e a história talvez tenha mais sombras que “clarezas”. Que dúvidas existem que as relações culturais entre os povos da região são muito mais fortes e sustentáveis que as existentes com Portugal? O poder financeiro português não é comparável ao de alguns outros países com interesses em Moçambique, incluindo a África do Sul.

Por outro lado, o principal parceiro económico externo moçambicano possui vantagens competitivas. As distâncias e os custos de transação, a eficiência das empresas sul-africanas, a integração na SADC, a estabilidade política regional, as preferências do africanismo e a história dos povos da região são factores diferenciadores irrefutáveis.

A importância económica e política de Moçambique ultrapassa as dimensões do país. Só uma visão regional atribui ao país a sua verdadeira relevância. Algumas organizações financeiras internacionais e as administrações norte-americanas possuem essa percepção absolutamente definida. Por isso, foram os factores e forças externas os que mais determinaram a resolução do conflito e que garantem o, mais apregoado que real, sucesso de recuperação económica do país. Mesmo ao nível da CPLP, Portugal é muitas vezes secundarizado pela acção de alguns países africanos e pelo Brasil, tanto nos assuntos políticos como económicos.

A dimensão e capacidade financeira portuguesa e a perda de oportunidade de protagonismo em alguns assuntos importantes da história recente moçambicana, sugere que Lisboa necessita reanalisar as suas estratégias de cooperação com Maputo, devendo fazê-lo sem pensar nas supostas vantagens culturais e históricas. É ainda importante que Portugal e Moçambique virem a página da colonização e possuam uma relação assumida e tranquila com o passado de recordações vivas contraditórias.

É preciso encontrar, de parte a parte, as áreas onde a cooperação seja vantajosa comparativamente com a de outros países. A concentração da cooperação no quadro de uma estratégia concertada é imposta pelas capacidades reais da economia portuguesa.

Internamente, nada indica que Portugal esteja organizado para garantir a coordenação e a eficiência dos recursos destinados à cooperação. A ausência de estratégia, a pulverização institucional e os interesses sectoriais e de grupos de influência política e não só, dão sinais de que, talvez, a estratégia da cooperação é a de não ter estratégia. Ou, é a incapacidade dos governos e dos órgãos responsáveis para romperem com as forças de bloqueio. Ou, esses interesses dispersos e conflituosos fazem parte dos equilíbrios dos poderes em Portugal.

Enquanto se pensar a curto prazo e em amplitudes restritas, Portugal não assumirá as suas responsabilidades e será mais (ou menos) um país no quadro da estratégia pragmática e inteligente de Maputo.